

DIREITOS HUMANOS EM CENA: UMA ANÁLISE DO DISCURSO JORNALÍSTICO ANGOLANO

Danilsa Iracelma Morais de Almeidaⁱ
Patrícia Silvestre Leite Di Iórioⁱⁱ

Resumo: Essa pesquisa tem como objetivo realizar uma análise comparativa dos discursos presentes em textos publicados pelo Jornal de Angola On-line e pelo Portal de Notícias Club-K. Para tanto, tomou-se como *corpus* notícias publicadas no entorno da visita de Navi Pillay, representante da ONU para os Direitos Humanos em Angola. Tem-se como respaldo teórico a Análise do Discurso de linha francesa para observação das marcas linguístico-discursivas que caracterizam as notícias, especialmente em relação à construção das cenas da enunciação e, nestas, do *ethos* discursivo. Assim, procura-se estabelecer as diferenças entre os *ethé* discursivos apresentados pelos dois portais de notícias.

Palavras-chave: Análise do Discurso. Cenas da enunciação. *Ethos*. Direitos Humanos.

Abstract: This paper aims to develop a comparative analysis of the discourses present in texts published by Jornal de Angola Online and Club-K News Portal. For this analysis, the *corpus* is comprised by the news of Navi Pillay's visit, an UN representative for Human Rights in Angola. This paper has as theoretical support the French Approach to Discourse Analysis in order to observe the linguistic-discursive marks that characterize the news, especially regarding the construction of the scenes of enunciation and the *ethos*. Thus, we will show the differences between discursive *ethé* presented by the two news portals.

Keywords: Discourse Analysis. Scenes of enunciation. *Ethos*. Human Rights.

ⁱ Graduanda em Comunicação Social, habilitação em Jornalismo, pela Universidade Cruzeiro do Sul (UNICSUL). E-mail: iracelma10@gmail.com.

ⁱⁱ Doutora em Língua Portuguesa pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP) e docente do Mestrado em Linguística da Universidade Cruzeiro do Sul (UNICSUL). E-mail: patricia.leite@cruzeirosul.edu.br.

Considerações iniciais

Desde o momento em que foi assinada a Declaração Universal dos Direitos Humanos, em 10 de dezembro de 1948, os Direitos Humanos têm sido pauta em várias instâncias políticas, sociais e educacionais. Assim, este trabalho buscará estabelecer uma análise comparativa de textos jornalísticos sobre Direitos Humanos, publicados pelo *Jornal de Angola On-line* e pelo *Portal de notícias Club-K*, que se realizaram no entorno da visita da representante da ONU para os Direitos Humanos, Navi Pillay, presente em Angola no período de 22 a 24 do mês de abril de 2013.

Para que se possa compreender as diferenças existentes entre as publicações, é necessário saber que o *Jornal de Angola (JA)* é um jornal diário nacional sob o controle do Estado com sede em Luanda, e o *Portal Club-K (CK)* é um portal informativo angolano sem afiliações políticas e sem fins lucrativos, cuja linha editorial consubstancia-se na divulgação dos valores dos direitos humanos, educação, justiça social, análise de informação, promoção de democracia, denúncias contra abusos e corrupção, com representantes em diversos países e estabelecido em Nova Iorque. O portal é reconhecido internacionalmente como organização não governamental.

Em sua essência, o jornalismo precisa dar informação de forma justa e responsável, dessa forma, o jornalista, como promotor e formador da sociedade, é o responsável principal da prática jornalística. Além disso, o jornal (impresso ou virtual), como qualquer outro meio de comunicação, exerce uma posição social importante, pois, além de noticiar, ele influencia a opinião pública. Se o discurso carrega em si uma posição ideológica, ao propormos como objeto de estudo o discurso jornalístico, precisamos relacioná-lo aos aspectos sócio-históricos que o constituem.

Desse modo, é necessário compreender que um jornalista, ao elaborar uma notícia, constrói o quadro do seu dizer encenado pelo próprio processo enunciativo, instituindo uma cenografia pela qual se estabelece um tipo de reconhecimento pessoal, pelo uso da linguagem, a partir do momento em que a exterioriza. Este é um dos aspectos que, posteriormente, veremos no embate de notícias publicadas pelos portais supracitados.

Dessa forma, o presente artigo procura evidenciar a construção discursiva das notícias “Os direitos humanos” e “Direitos humanos avançam”, publicadas, respectivamente, em 23 e 25 de abril 2013, pelo *Jornal de Angola*, e

ainda, “Violações de direitos humanos ameaçam democracia em Angola – ONG” e “Alta Comissária das Nações Unidas não viu realidade angolana – UNITA”, respectivamente, de 17 de abril de 2013 e 02 de maio de 2013, pelo portal *Club-K*, privilegiando, para isso, uma comparação entre as suas cenas da enunciação e seus *ethos* discursivo. Por fim, pelas marcas linguístico-discursivas, buscar-se-á identificar se há posições ideológicas conflitantes ou complementares.

1 Discurso e mídia

Para as atividades cotidianas, é necessário compreender que a comunicação é feita por meio da linguagem, sistema social que é codificado e exteriorizado através da fala; que a língua se torna a identidade linguística de uma dada comunidade; e que o homem se constitui socialmente e na sua história. O discurso é, portanto, a palavra em movimento, prática da linguagem.

Desse modo, vale ressaltar a posição de Charaudeau (2010) ao afirmar que, se existe um fenômeno humano social que depende essencialmente da linguagem, é o da informação. Para o autor, a informação é a transmissão de um saber, com a ajuda determinada da linguagem, por alguém que o possui a alguém que se pressupõe não possuí-la. Charaudeau discute as escolhas que devem ser realizadas neste processo de transmissão do saber: o conteúdo a transmitir, a forma mais adequada de transmissão e os efeitos de sentido que produzem.

Nesse sentido, o resultado do sistema produtivo de informação pode ter várias interpretações e significados, pois, considerando-se que a divulgação em grande escala é absorvida por todo tipo de público e que ele é livre para discernir o que dela vai absorver ou não, cabe ao público compreender a informação e deixar-se modificar por ela. Sobre esta questão, Charaudeau afirma:

O processo de transação consiste, para o sujeito que produz um ato de linguagem, em dar uma significação psicossocial a seu ato, isto é, atribuir-lhe um objetivo em função de um certo número de parâmetros: as hipóteses sobre a identidade do outro, o destinatário-receptor, quanto ao seu saber, sua posição social, seu estado psicológico, suas aptidões, seus interesses etc. [...]. O ato de informar participa desse processo de transação, fazendo circular entre os parceiros um objeto de saber que, em princípio um possui e o outro não, estando um deles encarregado de transmitir e o outro de receber, compreender, interpretar, sofrendo ao mesmo tempo uma modificação com relação a seu estado inicial de conhecimento. (CHARAUDEAU, 2010, p. 41).

Se há uma combinação circunstancial da maneira como se fala e se escreve, existe uma intencionalidade ao se dirigir à pessoa para quem se fala ou escreve, além de regras e condições extradiscursivas que produzem um sentido de discurso, um efeito esperado por quem o produz. Nesse sentido, para Fiorin, “existem textos que querem dizer praticamente a mesma coisa. Um de forma mais abstrata, expõe ideias que explicam um fato observável ao mundo. Outro é mais concreto, ao expor o fato, utiliza-se de conteúdos que indicam elementos do mundo natural” (FIORIN, 1988, p. 23).

Cada tipo de discurso articula seus efeitos de verdade de maneira diferente, cada um tem sua particularidade. A informação é transmitida empregando os traços psicológicos e sociais daquele que informa e os meios que o informador vai utilizar para provar sua veracidade.

Tratando-se de notícia, é preciso ter em mente que ela deve gerar uma reflexão, deve servir para alguma coisa e não simplesmente para gerar concorrência entre veículos. É necessário refletir sobre o tipo de informação veiculada, o ganho que trará às pessoas que vão ler e, ainda, como apresentá-la ao público. Sobre isso, Charaudeau acrescenta:

Os acontecimentos que surgem no espaço público não podem ser reportados de maneira exclusivamente factual: é necessário que a informação seja posta em cena de maneira a interessar o maior número possível de cidadãos, o que não garante que se possam controlar seus efeitos. Sendo assim, as mídias recorrem a vários tipos de discursos para atingir seus objetivos. (CHARAUDEAU, 2010, p. 60).

Nesse sentido, um discurso pode ser manifestado por diferentes meios de expressão, isto é, um fato, uma notícia, pode ter várias formas de tratamento e ser divulgado de maneira totalmente diferente. Esse aspecto é bastante conveniente para a análise que se propõe, pois os portais de notícias *Jornal Angola On-line* e *Club-K*, preliminarmente, parecem ter posições distintas a respeito dos fatos que noticiam, pois apresentam posições que imprimem marcas das instâncias que eles representam.

Diariamente, a sociedade acostumou-se a receber informações mundiais e a acompanhar os assuntos gerais que a mídia considera como de grande relevância. No entanto, essa seleção de informações, muitas vezes, faz com que o coenunciador seja conduzido a uma realidade enviesada. Possibilita, ainda, que as mídias detenham um poder de controle social. Isso se confirma na análise que Charaudeau (2010) faz do discurso das mídias:

O discurso informativo não tem uma relação estreita somente com o imaginário do saber, mas igualmente com o imaginário do poder, quanto mais não seja pela autoridade que o saber lhe confere. Informar é possuir um saber que o outro ignora [...]. Toda instância de informação, quer queira, quer não, exerce um poder de fato sobre o outro. Considerando a escala coletiva das mídias, isso nos leva a dizer que as mídias constituem uma instância que detém uma parte do poder social. (CHARAUDEAU, 2010, p. 63).

Qualquer que seja o assunto em questão, nenhum discurso está livre de colocar ideias de quem o anuncia, o fator de persuasão nem sempre é claramente visível, mas existe. Ele se dá de forma inconsciente para quem recebe e consciente para quem transmite. Por isso, ressaltam-se as ideias de Fiorin quando aponta que:

Enquanto o discurso é a manifestação das formações ideológicas, sendo por isso determinado por elas, o texto é unicamente um lugar de manipulação consciente em que o homem organiza, da melhor maneira possível, os elementos da expressão que estão à sua disposição para veicular seu discurso. Na medida em que é determinado pelas formações ideológicas, o discurso cita outros discursos. (FIORIN, 1988, p. 23).

Para este trabalho, acredita-se que observar a construção do *ethos* discursivo e das cenas enunciativas colaborará para a percepção dos embates entre as formações ideológicas existentes nas práticas discursivas realizadas no discurso jornalístico realizado em Angola. Para isso, serão consideradas as noções de cenas da enunciação e de *ethos* propostas por Maingueneau.

Em relação às cenas da enunciação, Maingueneau (2011b) aponta para o fato de que a cena da enunciação se constitui de forma tripartite em cena englobante, cena genérica e cenografia. A cena englobante relaciona-se ao tipo de discurso, a cena genérica, como o nome já sintetiza, trata do gênero, e a cenografia apresenta o que legitima a cena, pois implica um processo de enlaçamento paradoxal, é ao mesmo tempo fonte do discurso e aquilo que o engendra.

Em relação ao conceito de *ethos*, pode-se afirmar que se relaciona aos traços característicos que o enunciador mostra ao auditório para dar boa impressão, sem nem se interessar pela sua sinceridade, o que importa é a enunciação que faz e pela qual se consegue atribuir julgamento de valores. Assim, de maneira específica, o *ethos* diz respeito à construção da imagem, do modo de ser, da impressão moral que o enunciador produz para merecer a atenção do seu auditório por meio do discurso.

Esse *ethos* não se refere unicamente ao oral, mas também ao escrito, que possui um tom que dá autoridade ao que é dito. Maingueneau (2013) complementa que “esse tom permite ao leitor construir uma representação do corpo do enunciador (e não, evidentemente, do corpo do autor efetivo)”.

Neste caso, o *ethos* agrega um papel fundamental no desempenho da linguagem, pois ele busca a valorização externa nos seus atos discursivos de modo a se apresentar por meio do que é dito, de modo a atribuir ou até mesmo perder valores. É o que assinala Amossy, frisando a ideia de que as apresentações de si não se limitam a uma técnica apreendida:

Todo ato de tomar a palavra implica a construção de uma imagem de si. Para tanto, não é necessário que o locutor faça seu autorretrato, detalhe suas qualidades nem mesmo que fale explicitamente de si. Seu estilo, suas competências linguísticas e enciclopédicas, suas crenças implícitas são suficientes para construir uma representação de sua pessoa. Assim, deliberadamente ou não, o locutor efetua em seu discurso uma apresentação de si. Que a maneira de dizer induz a uma imagem que facilita, ou mesmo condiciona a boa realização do projeto, é algo que ninguém pode ignorar sem arcar com as consequências. [...]. A apresentação de si não se limita a uma técnica apreendida, a um artifício: ela se efetua, frequentemente, à revelia dos parceiros, nas trocas verbais mais corriqueiras e mais pessoais. Parte central do debate público ou da negociação comercial, ela também participa dos diálogos entre professor e alunos, das reuniões de condôminos, da conversa entre amigos, da relação amorosa. (AMOSSY, 2011, p. 9).

A maneira como se fala pode inscrever ou não aquilo que se é; dessa forma, o enunciador, ao emitir suas ideias, o faz por meio de argumentos estruturados de forma que seu coenunciador lhe interprete por estes. Aquele que o ouve passa a atribuir-lhe certos valores, constrói uma imagem do seu enunciador que, muitas vezes, passa a se tornar um espelho para ele, por lhe inspirar certa confiança.

Segundo Amossy (2011), o discurso oferece os elementos que o auditório precisa para compor um retrato do enunciador, porém, esse retrato apresenta-se de forma indireta, dispersa, com lacunas. Isso porque se deseja causar boa impressão de si mesmo e, automaticamente, causar boa impressão de sua profissão e do seu modo de vida em geral.

Com base nesses princípios, busca-se, a seguir, confrontar as posições do *Jornal de Angola* e *Club-K*, especialmente em relação às cenas da enunciação e *ethos*.

2 Direitos Humanos em cena

O artigo *Os direitos humanos*, de 23 de abril de 2013, buscou ancorar sua posição em relação aos Direitos Humanos em uma retrospectiva da situação vivida no país na época da guerra (1992-2002) e na proposição de que a problemática dos direitos humanos é muito complexa. Ele destaca que o governo (Poderes Executivo e Legislativo) tem se dedicado a acompanhar as condições da população.

Como o discurso político é propício a uma diversidade de cenografias, pois quem o emite pode se apresentar como um político, um operário ou qualquer outro indivíduo, nota-se, nesta narrativa, a cena englobante de um discurso político envolto na cenografia de um discurso jornalístico, pois tem o efeito de persuadir. Em relação à cena genérica, temos um artigo opinativo que se relaciona à esfera em que o texto circula e está sendo produzido, de forma que denota autoridade e efeito de influenciar: *A situação dos direitos humanos em Angola melhora cada vez mais. O nosso país registra números e indicadores que indicam mudanças muito positivas e um assinalável progresso.* (JORNAL DE ANGOLA, 2013).

Ao analisar o sentido do discurso, é necessário saber qual o lugar onde está sendo dito, o assunto em pauta e o que o enunciador pretende passar por meio dessa enunciação. Nesse caso, pode-se apontar que, em enunciados tais como: *A situação dos direitos humanos em Angola melhora cada vez mais, [...] O nosso país registra numerosos e indicadores [...]*, e [...] *mudanças muito positivas e um assinalável progresso*, busca-se persuadir o leitor por meio do uso de verbos no presente do indicativo como “melhora”, “registra”, “indicam”, que têm certa durabilidade, não denotando apenas algo que acontece no momento da enunciação. Assim, se o texto for lido em outro momento, não perderá sua validade, porque o tempo verbal assinalou a ideia de continuidade e estabilidade de uma ação.

Em relação à cenografia, pode-se afirmar que ela foi construída de forma que o discurso parte de um enunciador ancorado na esfera política e direciona-se para um coenunciador da esfera popular da sociedade. Dessa forma, o emprego da primeira pessoa do plural em *O nosso país* visa não só inscrever o coenunciador na cena, mas também associar-lhe a outros indivíduos organizados a partir da situação da enunciação, isto é, busca fazer com que o coenunciador se identifique com o enunciador da cena.

Neste outro caso: *De resto, a guerra que rebentou em 1992 e terminou em 2002, só foi possível porque a comunidade internacional se furtou às suas responsabilidades e a ONU ignorou os compromissos que assumiu* (JORNAL DE ANGOLA, 2013), o enunciador apresenta um posicionamento de que a ONU não honrou os compromissos assumidos, assim, demonstra um *ethos* de prudência em relação às conclusões futuras da representante da ONU sobre os Direitos Humanos em Angola.

Esse *ethos* se harmoniza com a cenografia de artigo opinativo e com a cena englobante do discurso político, apresentando-se, assim, com um *ethos* discursivo crítico, que apoia as atitudes do governo. Nesse sentido, a cenografia não é um espaço em que o discurso surge inesperadamente, é a enunciação que permite ao enunciador fazer a representação de si, sua atuação de maneira como lhe convém por meio do discurso, neste caso, o discurso político.

Em outro texto, *Direitos Humanos avançam*, de 25 de abril de 2013, o enunciador aponta que a Alta Comissária da ONU registrou grandes avanços do ponto de vista econômico e da proteção e da garantia dos direitos humanos. Ele é assinado por Kumuênho da Rosa, que é um premiado escritor e jornalista do *Jornal de Angola*.

Na abertura deste texto, várias vozes são simultaneamente percebidas no âmbito da produção discursiva. Destaca-se um enunciador, que realça os feitos do presidente da República, José Eduardo dos Santos, com citações indiretas da representante da ONU para os Direitos Humanos, Navy Pillay: *A alta-comissária da ONU para os Direitos Humanos felicitou o Presidente José Eduardo dos Santos pela determinação no reforço dos mecanismos de defesa e garantia dos direitos humanos em Angola* (ROSA, 2013, grifo nosso).

Sendo a cenografia a fonte do discurso e tudo o que ele engendra, nesta situação de enunciação percebe-se a cena englobante do discurso jornalístico, em que seu enunciado é fortemente marcado pela persuasão e pelo convencimento. Ainda pode-se afirmar que, pela própria enunciação e produção jornalística, este trecho nos apresenta uma cena genérica da notícia, especialmente, a notícia de caráter político, em que a cenografia se constitui na cena que a legitima como instância política governamental, buscando a valorização externa dos seus atos por meio da caracterização de um *ethos* favorável ao governo.

Em *Devo expressar as minhas felicitações pela afirmação do Presidente sobre o seu compromisso [...]*, verificamos um enunciador que marca quem é o primeiro enunciador de forma a mostrar que não é o responsável pela enunciação. Com isso, ele nos conduz às características de um *ethos* que empresta o prestígio do presidente angolano para adquirir a confiança do seu coenunciador.

Segundo Maingueneau (2011a), o poder de persuasão de um discurso consiste em levar o coenunciador a se identificar com a movimentação de um corpo investido de valores, em que a qualidade do *ethos* remete a uma identidade compatível com o mundo que ele deverá construir em seu enunciado. Quando, em sua enunciação, Navy expressa seu reconhecimento, *devo expressar as minhas felicitações pela afirmação do Presidente sobre o seu compromisso*, ao mesmo tempo que enuncia a informação, mostra-se uma pessoa digna de confiança, uma pessoa que parece estar preocupada com aquele povo e que confia em seu governante.

Sabendo-se tratar de um jornal de controle do Estado, nota-se que se publicam fatos autorizados e que, ao trazer a informação sobre a visita da Comissária das Nações Unidas, o discurso deixa de simplesmente informar, característica principal da notícia, e buscar persuadir o coenunciador, tal como em: *A Alta Comissária das Nações Unidas **sugeriu** a criação de um Instituto Nacional de Direitos Humanos, para **monitorar** e **melhorar** as leis relativas aos direitos dos cidadãos angolanos* (ROSA, 2013, grifos nossos). Neste exemplo, destaca-se o verbo *dicendi sugerir*, que reforça a importância da figura de Navy, mas a coloca numa condição de distanciamento. A representante da ONU apenas pode sugerir, pois a decisão continua sendo do Estado. Ainda neste exemplo, utilizam-se *monitorar* e *melhorar* como recursos para conseguir a adesão do coenunciador ao discurso (mesmo que este se oponha ao governo), nesse sentido, se há a alegação da oposição em relação ao descumprimento dos direitos humanos, pode-se sempre *melhorar* a situação.

No seguinte exemplo: *A responsável da ONU também **enalteceu** o facto de Angola **possuir** uma Constituição **forte** em matéria de direitos humanos* (ROSA, 2013, grifos nossos), a escolha dos verbos e do adjetivo destacados inscrevem o enunciador numa posição ideológica que, reforçada por marcas linguísticas como *também*, colabora para a soma de argumentos de uma mesma natureza, que denotam um *ethos* de adesão às questões ideológicas do Estado.

Em outro veículo, o *Club-K*, apresenta-se a notícia *Violações de direitos humanos ameaçam democracia em Angola – ONG*, de 17 de abril 2013, que relata supostas mortes e agressões de cidadãos presos nas cadeias do país. A notícia assinala também a corrupção nas demolições de casas e deslocamentos forçados de famílias, cobra esclarecimentos do executivo pelo desaparecimento consecutivo de ativistas cívicos e denuncia o descumprimento de leis, inclusive do direito à manifestação, que afirma ter sido *constantemente atropelado*.

Segundo Maingueneau, no processo de construção do discurso político, um dos constituintes do círculo comunicativo corresponde à construção de sua imagem pessoal e institucional e, portanto, de sua imagem como enunciador coletivo. Se nos textos publicados pelo *Jornal de Angola* os enunciadores são porta-vozes do Estado, no texto do *Club-K* o enunciador assume uma posição de distanciamento do Estado, apresentando um *ethos* de acusador, de opositor ao governo: *Supostas mortes de cidadãos no Cacuaco, agressões a cidadãos presos na cadeia de Viana, a corrupção, as demolições de casas e deslocamentos forçados de famílias são algumas das violações mencionadas pelo conselho* (CLUB-K, 2013).

Neste caso, o enunciador faz com que seu coenunciador aceite o que está sendo dito por meio de uma enunciação de caráter persuasivo ao utilizar uma argumentação por meio de exemplos. Destaca-se também o uso expressivo da linguagem, na medida em que se utiliza da emoção, da atribuição de injustiças sociais à população de Angola.

Em: *outra preocupação colocada às autoridades do estado **prende-se** com o direito à manifestação e de reunião, garantido na Constituição angolana, artigo 47 e que, **segundo disseram**, é constantemente **atropelado** pelo executivo* (CLUB-K, 2013, grifos nossos), revela-se uma cenografia que, além de ser o cenário onde o discurso se desenrola, é também a enunciação desenvolvida para constituir o dispositivo narrativo, ou melhor, o discurso de oposição. O efeito de tomar a palavra, emitir uma informação, que é o que nos apresenta o enunciado, implica assumir um risco, dessa forma, a fala do enunciador, sua maneira de dizer, atesta um *ethos* de resistência ao fazer julgamento de valor negativo em relação ao executivo pelo descumprimento das leis.

Destaca-se deste enunciado a forma *prende-se*, utilizada no sentido de relacionar-se e não no sentido comum de tirar a liberdade, embora seu uso implique uma duplicidade de sentido. Também a preferência pelo verbo

atropelar identifica sua narração dramática e enfatiza seu estilo sensacionalista. Porém, em *segundo disseram*, o enunciador marca a presença de outra voz e distancia-se do enunciado, evitando problemas com a acusação de falsas alegações.

Nesse mesmo sentido, apresentam-se as imagens a seguir:

Figura 1 – Imagem do Portal Club-K.



Fonte: Portal Club-K.

Figura 2 – Imagem do Portal Club-K.



Fonte: Portal Club-K.

A escolha das imagens e o posicionamento de cada uma colaboram no processo de produção da argumentação jornalística para demonstrar que os direitos humanos estão sendo desrespeitados. Trata-se de imagens fortemente ligadas ao título *Violações de direitos humanos ameaçam democracia em Angola*, que procuram, pela emoção, conseguir a adesão do coenunciador e destituir a imagem de governo que atende aos Direitos Humanos.

Enquanto a imagem do presidente caminhando tranquilamente é acompanhada pela foto do policial que parece esconder nas suas costas a arma com que combaterá qualquer manifestação, o uso de figuras com pessoas ensanguentadas descreve atos de desrespeito para com a vida e com os direitos humanos. Essas imagens funcionam como meios mais eficazes do enunciador atingir o coenunciador, causando impacto e provocando reações. Assim, caberá ao coenunciador discernir a respeito do assunto e definir qual será a sua posição.

Podemos afirmar que o caráter do enunciador advém de representações sociais valorizadas pelo suporte, que, sendo não governamental, trata com parcialidade os assuntos políticos e sociais que julga serem relevantes para a população. Essa parcialidade pode ser observada em: *Pesa-nos quando assistimos as realidades sobre violações de direitos humanos acontecerem mas acreditamos que é um processo contínuo.*

Neste caso, as escolhas lexicais utilizadas para transmitir a informação, como *pesar* e o pronome oblíquo *nos*, favorecem o posicionamento dos lugares da fala do sujeito que enuncia, e o modo como o enuncia conota sua identidade jornalística, como afirma Ringoot:

[...] No caso do discurso jornalístico trata-se de analisar aquilo que conta o jornal, mas também de analisar como são posicionados os que o escrevem e os leem, trabalhando sobre os dispositivos enunciativos, as formas de disponibilizar a informação. (RINGOOT, 2006, p. 135).

O enunciador não deixa dúvidas sobre a sua oposição ao discurso estatal, afirmando que há desrespeito aos Direitos Humanos em Angola e, mais do que isso, buscando, em sua enunciação, mostrar-se com um *ethos* solidário às questões humanísticas e sofredor pela situação que declara existir.

Em outra notícia, *Alta Comissária das Nações Unidas não viu realidade angolana – UNITA*, de 02 de maio de 2013, ressalta-se que a representante da ONU para os Direitos Humanos saiu de Angola com uma imagem totalmente falsa sobre os direitos humanos no país. A notícia esclarece que, nas visitas realizadas a algumas cadeias, a comissária encontrou imagens não reais do que, de fato, se vive. Reforça essa ideia ao assinalar que a recusa de encontros com ativistas cívicos e que a falta de debate plural com outros partidos fizeram com que Navy Pillay só pudesse ver o que lhe permitiram e não o que realmente deveria ver.

Neste texto, a cena de enunciação é legitimada no meio em que está inserida, isto é, percebe-se que o *Portal Club-K* assume uma posição opositora ao Estado, assim, constrói-se uma cena englobante do discurso político de oposição. Para isso, a cena genérica jornalística se utiliza de uma linguagem que procura um efeito de verdade para envolver o coenunciador, como vemos em: *A UNITA¹ disse hoje que a Alta Comissária das Nações Unidas para os Direitos Humanos, Navi Pillay, se recusou a encontrar com partidos da oposição, saindo de Angola com uma imagem totalmente falsa sobre a realidade dos direitos humanos no país* (CLUB-K, 2013, nota nossa).

Destaca-se que o enunciador apresenta a voz da UNITA, partido do governo angolano, para, implicitamente, questionar a informação de que houve recusa da Comissária em se encontrar com a oposição. Assim, em: *saindo de Angola com uma imagem totalmente falsa sobre a realidade dos direitos humanos no país* (CLUB-K), o enunciador assume uma posição ideológica conflitante em relação ao *Jornal de Angola* e ao governo angolano e, com isso, produz um *ethos* denunciante.

Charaudeau (2010) discute a questão das escolhas que devem ser realizadas neste processo de transmissão do saber: o conteúdo a transmitir, a forma mais adequada de transmissão e os efeitos de sentido que produzem: *Nós solicitamos uma audiência com a Alta Comissária da ONU para os direitos humanos e foi nos dito que (ela) não encontraria nenhum partido político*”, disse o parlamentar da UNITA (CLUB-K, 2013, grifos nossos). Neste caso, o momento da enunciação é reconstruído pelo sujeito que transmite a informação, é esta descrição subjetiva que condiciona o discurso citado. O emprego da pessoa Nós, no início da oração, não serve apenas para descrever os membros pertencentes ao partido a que se refere, visa também a inscrever o coenunciador na situação do discurso presente. Sobre isso, escreve Charaudeau:

Com relação ao receptor, a questão é saber o que ele é e como atingi-lo, pois, como dissemos, o receptor nunca é apenas o alvo ideal visado pelo fornecedor da informação. Sendo assim, é conveniente, na análise de todo ato de informação, distinguir efeito visado e efeito produzido, e, por conseguinte, levantar uma nova série de questões: que efeito é visado quando se quer informar e que tipo de destinatário é o alvo? (CHARAUDEAU, 2010, p. 37).

¹ UNITA (União Nacional para Independência Total de Angola) – Partido angolano fundado em 1966, sendo considerado o segundo maior partido opositor do país. Também conhecido pelo acrônimo “Galo Negro”, devido à figura de um galo presente na sua bandeira, o partido possui uma ideologia centro-esquerdista.

Neste caso, constrói-se uma cenografia de denúncia pelo enunciador e percebe-se o posicionamento discursivo de (re)formar a opinião do coenunciador ao atribuir a negativa enfática *Não*. Indica-se, assim, a recusa ao direito de pluralismo, referendado nas sociedades democráticas.

O exemplo a seguir apresenta outro reforço da forma com que o enunciador busca a adesão do coenunciador por meio de um *ethos* injustiçado: “*Mesmo a nível da Assembleia Nacional não houve a oportunidade de estarmos num debate plural com a tal signatária importante,*” acrescentou (CLUB-K, 2013).

As marcas de subjetividade presentes neste discurso são mais claras e evidentes, tais como na ironia utilizada em *não houve a oportunidade*. A própria característica da produção discursiva propicia uma singularidade na escolha das palavras, *debate plural* e *signatária importante* são recursos expressivos para mostrar um posicionamento no enunciado. O enunciador desta situação discursiva evidencia um *ethos* opositor, que dá o tom de autoridade ao que é dito.

Ao se referir à comissária da ONU como *a tal signatária*, o enunciador busca dar ao coenunciador a possibilidade de perceber indícios textuais de diversas ordens, atribuir-lhe um caráter e, com isso, a corporalidade. Dessa forma, implica-se pelo *ethos* a necessidade de ter voz e vez, de ser oposição ao Estado, como também de combater as infrações contra os Direitos Humanos.

No trecho: *É preocupante que quanto mais os anos passam mais se restringe a liberdade de optar e de reunir, há angolanos que estão a desaparecer em função das suas opiniões, há direitos constitucionais que são negados com consequências sobre a vida, disse Adalberto Júnior* (CLUB-K, 2013), verifica-se a intenção de criticar o governo, com a afirmação *há direitos constitucionais que são negados*. Dessa forma, o enunciador, por meio do enunciado que o legitima, investe-se de valores historicamente específicos para a projeção do *ethos* de opositor como componente do convencimento e da persuasão.

Assim, vemos que o *Club-K* assume uma posição de distanciamento do Estado, emite sua crítica ao governo e o acusa de descumprimento das leis. Para isso, utiliza recursos linguístico-estilísticos para conquistar a adesão do coenunciador, que, normalmente, já conhece o seu estilo jornalístico, baseado na busca de assuntos sensacionalistas, que tende a fomentar escândalos e chocar a sociedade.

Considerações finais

Os estudos linguísticos realizados pela análise do discurso estão sempre nos confirmando que nenhum texto está isento de subjetividade, assim, passa-se a ideia de que cada escolha lexical denota um posicionamento discursivo e que ela visa à produção de sentidos. Dessa forma, a construção discursiva dos textos jornalísticos do *Jornal de Angola* e do *Portal Club-K*, apresentada neste trabalho, delinea marcas linguístico-discursivas conflitantes de posições ideológicas distintas.

Embora os enunciadores se constituam em um contexto histórico-social comum, para a produção da informação, constroem-se cenografias e representação dos *ethé* conflitantes. Dessa maneira, no *Jornal de Angola*, nota-se uma cenografia de respeito aos Direitos Humanos e indica-se um *ethos* prudente, que aponta para uma situação que tende a melhorar. Por sua vez, no *Portal Club-K*, registra-se uma cenografia de descumprimento às leis de direitos humanos e de solidariedade às questões humanísticas, apresenta-se, assim, um *ethos* injustiçado que se posiciona como instância de resistência e oposição.

Percebe-se, então, que o *Jornal de Angola* tem um caráter que o legitima como pertencente ao poder estatal, enquanto o *Portal Club-K* posiciona-se ideologicamente como uma instância cidadã de oposição às questões políticas do governo angolano.

Esses discursos de posições conflitantes levam-nos a identificar como são importantes as questões discursivas para uma leitura mais atenta das questões políticas e dos embates ideológicos existentes na sociedade e ainda como a linguagem possui mecanismos de consolidação da cenografia e do *ethos* pretendido para que as intenções discursivas sejam atingidas.

Nesse sentido, com o presente trabalho, espera-se contribuir para o estudo sistemático do discurso da mídia e com o desvendamento de instâncias sociais conflitantes, mascaradas na “imparcialidade” dos discursos jornalísticos.

ALMEIDA, Danilsa Iracelma Morais de; IÓRIO, Patrícia Silvestre Leite Di. Direitos Humanos em cena: uma análise do discurso jornalístico angolano. **EID&A - Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação**, Ilhéus, n. 9, p. 5-20, dez.2015.

Referências

AMOSSY, Ruth. O *ethos* na interação das disciplinas: retórica, pragmática, sociologia dos campos. In: _____ (Org.). **Imagens de si no discurso: a construção do *ethos***. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2011. p. 9-28.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das Mídias**. São Paulo: Contexto, 2010.

FIORIN, José Luís. **Linguagem e Ideologia**. São Paulo: Ática, 1988.

JOSÉ, Manuel. Alta comissária das Nações Unidas não viu a realidade angolana. **Club-K.net**, Nova Iorque. Disponível em: <http://club-k.net/index.php?option=com_content&view=article&id=15067:pillay-nao-viu-a-realidade-angolana-unita&catid=23:politica&Itemid=123&lang=pt>. Acesso em: 25 maio 2013.

MAINGUENEAU, Dominique. A Propósito do *Ethos*. In: MOTTA, Ana Raquel; SALGADO, Luciana Salazar (Org.). **Ethos Discursivo**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2011a.

_____. *Ethos*, cenografia incorporação. In: AMOSSY, Ruth (Org.). **Imagens de si no discurso: a construção do *ethos***. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2011b. p. 69-92.

MAINGUENEAU, Dominique. **Análise de Textos de Comunicação**. 6. ed. ampl. São Paulo: Cortez, 2013.

OS DIREITOS Humanos. **Jornal de Angola**. Angola, 23 abr 2013. Disponível em: <http://jornaldeangola.sapo.ao/opiniao/editorial/os_direitos_humanos_1>. Acesso em: 23 abr. 2013.

RINGOOT, Roselyne. Por que e como analisar o discurso no contexto dos estudos sobre jornalismo? **Comunicação e Espaço Público**. Ano IX, n.º 1 e 2, 2006, p. 133-139. Disponível em: <<file:///C:/Users/Patr%C3%ADcia-9/Downloads/Tradu%C3%A7%C3%A3o+3.pdf>>. Acesso em: 25 abr. 2013.

ROSA, Kumuênho da. Direitos Humanos avançam. **Jornal de Angola**. Angola, 25 abr. 2013. Disponível em: <http://jornaldeangola.sapo.ao/politica/direitos_humanos_avancam>. Acesso em: 25 maio 2013.

VIOLAÇÕES de direitos humanos ameaçam democracia em Angola. **Club-K.net**. Nova Iorque, 25 maio 2013. Disponível em: <http://club-k.net/index.php?option=com_content&view=article&id=14866:violacoes-de-direitos-humanos-ameacam-democracia-em-angola-ong&catid=2:sociedade&Itemid=88>. Acesso em: 25 maio 2013.